



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC	6260/989/16
Poder	LEGISLATIVO
Município	Itapetininga
Entidade	CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPETININGA
Período	12/2017
Relator	Dr. Antonio Roque Citadini
Unidade Fiscalizadora	UR-09 UNIDADE REGIONAL DE SOROCABA
Responsável	ANTÔNIO ETSON BRUN
Cargo	PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
CPF	119.434.308-29
Período de Gestão	01/01/2017 a 31/12/2017

Em atendimento ao disposto nas Instruções N°2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

Posição no exercício anterior

Órgão	RP Proces	RP Não Proces
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPETININGA	R\$ 3.985,00	R\$ 19.072,25

Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPETININGA	R\$ 26.067,14	R\$ 23.057,25	R\$ 0.00

Posição atual

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPETININGA	R\$ 0,00	R\$ 26.067,14	R\$ 11.528,63

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.2 - GF27 - Despesas com Pessoal

Visando a um melhor acompanhamento, demonstramos a seguir as informações apuradas nos três quadrimestres imediatamente anteriores, bem como no quadrimestre ora analisado:

Período	Gastos	RCL	% Gasto	% Permitido Legal
12/2016	R\$ 5.905.549,20	R\$ 359.556.583,06	1,6425%	6,0000%
4/2017	R\$ 6.032.685,90	R\$ 354.716.707,46	1,7007%	6,0000%
8/2017	R\$ 6.238.197,33	R\$ 361.924.331,33	1,7236%	6,0000%
12/2017	R\$ 6.575.631,04	R\$ 368.374.319,91	1,7850%	6,0000%

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada.

2.3 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

--	--	--	--	--

Período	Desp. Pessoal	RCL	% Gasto	% Ref.
6/2017	R\$ 6.042.561,16	R\$ 358.241.603,92	1,6867%	1,6867%
7/2017	R\$ 6.126.324,34	R\$ 359.578.602,49	1,7038%	1,6867%
8/2017	R\$ 6.238.197,33	R\$ 361.924.331,33	1,7236%	1,6867%
9/2017	R\$ 6.335.496,31	R\$ 369.312.936,34	1,7155%	1,6867%
10/2017	R\$ 6.441.080,51	R\$ 371.151.143,85	1,7354%	1,6867%
11/2017	R\$ 6.522.709,79	R\$ 365.489.617,04	1,7846%	1,6867%
12/2017	R\$ 6.575.631,04	R\$ 368.374.319,91	1,7850%	1,6867%

A despesa com pessoal no encerramento do mês 12/2017, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 1,7850%, sendo verificado acréscimo em relação ao percentual apurado em 6/2017, devendo, portanto, o Poder em questão ser alertado para fins de observar a vedação contida no parágrafo único dos artigos 21 e 22 da LRF.

Em relação ao período dos 180 dias finais de mandato, verificou-se acréscimo percentual em relação ao apurado no mês de 6/2017, no(s) mês(es) acima indicados, situação que deverá ser confirmada por ocasião da inspeção "in loco", para fins do disposto no art.21, parágrafo único da LRF.

2.4 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira em 30/04	R\$ 1.566.804,51
(-) Saldo de Restos a Pagar até 30/04	R\$ 0,00
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até 30/04	R\$ 73.509,02
(-) Anulação de Empenhos Liquidados até 30/04	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 30/04	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 30/04	R\$ 1.493.295,49
Disponibilidade Financeira em 31/12	R\$ 35.105,82
(-) Saldo de Restos a Pagar EM 31/12	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Empenhos Liquidados até 31/12	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 31/12	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 31/12	R\$ 35.105,82
Percentual de variação entre a Disponibilidade Líquida em 31/12 e 30/04	-97,6491%

O resultado da disponibilidade líquida em 31/12 demonstra que o órgão tem disponibilidade financeira frente às despesas contraídas nos últimos 8 meses finais de mandato do Chefe do Poder, situação que deverá ser confirmada "in loco" para fins de verificação do cumprimento do art.42 da LRF

2.5 - GF52 - Dívida de Curto Prazo

Nomenclatura	Saldo Período Anterior	Movimento do Período		Saldo Para o Período Seguinte
		Inscrição	Baixa	
<u>Restos a Pagar Processados</u>	R\$ 3.985,00	R\$ 0,00	R\$ 3.985,00	R\$ 0,00
<u>Restos a Pagar Não Processados</u>	R\$ 19.072,25	R\$ 26.067,14	R\$ 19.072,25	R\$ 26.067,14
Consignações	R\$ 0,00	R\$ 1.614.162,92	R\$ 1.614.162,92	R\$ 0,00
Depósitos	R\$ 0,00	R\$ 36.251,85	R\$ 27.213,17	R\$ 9.038,68
Outros	R\$ 0,00	R\$ 8.080.959,58	R\$ 8.061.887,33	R\$ 19.072,25
Total	R\$ 23.057,25	R\$ 9.757.441,49	R\$ 9.726.320,67	R\$ 54.178,07

2.6 - GF53 - Limite Constitucional para gasto com Folha de Pagamento

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 51,64%, valor este inferior ao limite estabelecido no §1º do artigo 29A da Constituição Federal de 1988.

Repasso total da Prefeitura	R\$ 10.745.000,00
Despesas com inativos e pensionistas	R\$ 232.130,21
Despesas com folha de pagamento	R\$ 5.661.295,80
Despesa com folha/Transferências realizadas	51,64%
Percentual máximo (Emenda Constitucional nº 25/2000)	70,00%

2.7 - GF54 - Limitação baseada em 5% da Receita do Município

--	--

Receita Tributária Ampliada do Exercício Anterior	R\$ 226.986.575,42
Despesa total com remuneração de Vereadores	R\$ 1.379.977,91
Limite art.º 29-A da CF/88	5,00%
Apuração do limite	0,61%

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 0,61%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.

2.8 - GF55 - Limite da Despesa Legislativa

População do Município (*)	157016
Receita Tributária Ampliada exercício anterior	R\$ 226.986.575,42
Percentual Máximo Permitido	6,00%
Valor Permitido para Repasses	R\$ 13.619.194,52
Total de Despesas do exercício	R\$ 7.655.772,43
Percentual Apurado	3,37%

(*) Dados IBGE ano anterior, conforme TC 57/020/14 e TC 396/020/16.

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 3,37%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29A, Caput, da Constituição Federal de 1988.

3 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP

3.1 - ANALISE OCP

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Data da Geração: 06/04/2018
Hora da Geração: 21:45:30